

OPINIÃO

Perspectiva melhor para o Rio

Economia do Estado está crescendo de forma mais acelerada que a do país

Lucas Tristão e Guilherme Mercês

Os resultados da economia em 2019 mostraram que o Estado do Rio de Janeiro está virando o jogo, após viver a pior crise da sua história. O IBC, indicador de atividade econômica divulgado pelo Banco Central, apontou expansão de 1,3% da economia fluminense, resultado acima da média nacional (0,9%).

Segundo estimativa da Firjan, divulgada recentemente, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado cresceu 1,5% no ano passado. Resultado que corrobora a estimativa do Banco Central. Isso quer dizer que nossa economia está crescendo de forma mais acelerada que a do país, deixando para trás quatro anos de recessão.

O vetor dessa recuperação foi a indústria, cujo desempenho do Rio em 2019 foi muito superior ao registrado em outros estados da Região Sudeste e bem longe da retração de 1,1% do Brasil. Segundo o IBGE, a produção industrial do estado cresceu 2,3%. A indústria paulista praticamente não cresceu (+0,2%), a de Minas Gerais caiu 5,6%, e a do Espírito Santo recuou 15,7%.

Esse resultado é fruto do aquecimento no mercado de óleo e gás, que já começa a puxar os setores ligados à sua cadeia. Com a ocorrência de rodadas de concessão e partilha do pré-sal, a exploração de novos campos foi retomada. O surgimento de oportunidades no



Lucas Tristão é secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais do Rio



Guilherme Mercês é subsecretário estadual de Indústria, Comércio, Serviços e Ambiente de Negócios do Rio

setor — como as atividades de descomissionamento e revitalização de campos maduros, além das quatro novas rodadas programadas para o biênio 2020/2021 — deve potencializar esse crescimento nos próximos anos.

O plano de investimentos da Petrobras ilustra esse quadro: estão previstos mais de US\$ 20 bilhões de investimentos na Bacia de Campos até 2024. Esse ambiente será coroado pela realização da Rio Oil & Gas, em setembro, quando o Rio terá a oportunidade de mostrar ao mundo as enormes oportunidades de investimento no estado.

Se 2019 foi o ano da retomada

do setor de petróleo, 2020 será o ano do mercado de gás. Isso porque o estado foi o primeiro do Brasil a abrir esse mercado, medida que vai derrubar os preços e destravar uma série de investimentos, não só de usinas termelétricas, como também de grandes consumidores, como as siderúrgicas. Com efeito, o Rio vai ratificar o posto de Capital da Energia.

Os números do setor da construção civil também reforçam este novo momento da economia do Rio. O setor que mais sentiu os efeitos da crise gerou mais de 3.400 empregos no ano passado. Vale lembrar que o Rio estava há anos sem lançamentos imobiliários. Para os próximos anos, os investimentos

em infraestrutura pesada serão impulsionados por um pacote de concessões de 240 quilômetros de rodovias estaduais, com investimentos previstos de R\$ 1,2 bilhão.

Por sua vez, os setores de comércio e serviços geraram cerca de 15 mil empregos no ano passado, após anos sucessivos de demissões. A melhora significativa dos indicadores de segurança pública é um dos determinantes disso. Lojas, supermercados e restaurantes que estavam fechando cedo hoje podem se manter abertos. Essa melhora foi gradativa no ano passado, o que significa que os plenos efeitos serão sentidos este ano, principalmente na capital.

As projeções de mercado para 2020 apontam para aceleração do crescimento mundial e brasileiro. O grande risco para esse cenário fica por conta do recente avanço do coronavírus e seus possíveis impactos negativos no desempenho da economia global.

No país, a continuidade das reformas em um contexto de inflação e juros baixos endereçam um ambiente propício para a aceleração do crescimento. Para os estados, além de uma reforma tributária efetiva, serão decisivas as aprovações de três PECs que tramitam no Congresso: a do Pacto Federativo, a PEC Emergencial e a dos Fundos Públicos.

Finalmente, podemos voltar a olhar para o futuro do Rio de Janeiro com confiança e otimismo. E sempre com responsabilidade.

Lucas Tristão é secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais do Rio de Janeiro; Guilherme Mercês é subsecretário estadual de Indústria, Comércio, Serviços e Ambiente de Negócios do Rio de Janeiro

Mais de 318 mil jovens assassinados

Pesquisa da UFF mostra situação dessas vítimas e dos agentes da violência no Brasil entre os anos de 2005 e 2015

O Brasil é considerado internacionalmente como um dos países da América do Sul com os maiores índices de violência, possuindo a terceira maior população carcerária do mundo. Nas últimas décadas, esse fenômeno tem sido atravessado por um aumento crescente dos homicídios de jovens. Os últimos dados disponíveis do país revelam um recrudescimento do problema, observando-se uma evolução, entre 2005 e 2015, de 17,2% na taxa de homicídio de indivíduos entre 15 e 29 anos. Mais de 318 mil jovens foram assassinados neste período, de acordo com o Atlas da Violência de 2017.

De acordo com o professor do Instituto de Educação da UFF Elionaldo Julião, coordenador da pesquisa financiada pela Faperj “Trajetória de vida de jovens em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro”, “o aumento dos homicídios praticados contra os jovens brasileiros cristaliza-se em uma realidade cruel que permeia nosso dia a dia”. Segundo ele, “a violência banaliza-se contra camadas da sociedade excluídas historicamente dos seus direitos sociais”.

Embora a discussão sobre violência com jovens não seja um tema absolutamente novo no país, o pesquisador aponta a urgência de desenvolver amplas reflexões sobre a situação e, mais do que isso, políticas de caráter preventivo. Para ele, fazer frente a esse cenário implica poder compreender “a complexidade de ser jovem na sociedade contemporânea, principalmente levando em conta as interseccionalidades vivenciadas pela população das classes populares que



Taxa de homicídio de indivíduos entre 15 e 29 anos aumentou em 17,2%, informou o Atlas da Violência de 2017

ao mesmo tempo é vítima e também autora da violência”.

A pesquisa coordenada por Elionaldo surgiu a partir do Grupo de Trabalho e Estudos sobre Políticas de Restrição e Privação de Liberdade no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, reunindo profissionais e pesquisadores de diversas instituições do estado Rio de Janeiro, com o objetivo de contribuir para o debate sobre educação, justiça, direitos humanos, violência, criminalidade, delinquência juvenil, e políticas de restrição e privação de liberdade.

Internacional – Em 2016 o grupo representou pela primeira vez o Brasil na terceira edição da “Pesquisa Internacional sobre Delinquência Autorrelatada”, coordenada pela Escola de Criminologia e Justiça Criminal da Universidade Northeastern, nos Estados Unidos, passando a

integrar a base de dados internacional sobre a vulnerabilidade de jovens em relação à violência.

Na edição brasileira, o estudo foi realizado nas redes municipais de educação de Duque de Caxias, Itaguaí, Mangaratiba e Angra dos Reis, assim como também no Sistema Socioeducativo do estado do Rio de Janeiro. Dentre os seus objetivos, procurou analisar elementos das trajetórias de vida e escolar, assim como também práticas dos jovens que fornecessem pistas para a compreensão do ato infracional.

Atualmente a pesquisa está numa nova etapa, com a aprovação pela Faperj da segunda parte do projeto: “Trajetórias de vida e escolar de jovens em situação de risco e vulnerabilidade social acusados de cometimento de ato infracional”. Este novo momento do trabalho tem como objetivo entender as possíveis influências das práticas sociais e relações so-

cioafetivas no cometimento de ato infracional por parte desses jovens. De acordo com Elionaldo, “no imaginário social, esses sujeitos são ‘monstros que precisam ser enjaulados e apartados da sociedade’. Mas para nós, pesquisadores e estudiosos do tema, são seres humanos como qualquer outro”.

Criminalização – O doutorando em educação pela UFF, Renan Saldanha Godoi, integrante do Grupo de Trabalho e Estudos coordenado por Elionaldo desde 2015 e também participante da pesquisa em curso, revela que, como pesquisador oriundo da periferia carioca e profissional da educação pública, sente-se “mobilizado a entender o fenômeno da criminalização da juventude periférica como forma de alcançar muitos adolescentes e jovens do cotidiano profissional e de pensar estratégias que ampliem as possibilidades para esses sujeitos”.

A experiência de Renan com esses jovens antecedeu sua participação no Grupo de Trabalho e Estudos e também sua experiência como doutorando. De 2012 a 2014, ele atuou no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) acompanhando adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e teve contato com diversas histórias de vida.

Segundo ele, na medida em se aproximou desses sujeitos, “pôde perceber que o ato infracional praticado se configurava muitas vezes como um ‘ponto fora da curva’ de uma trajetória de vida marcada por um conjunto de vulnerabilidades, negligências, violências, e também de resistências, criatividade e superação”. Dessa vivência surgiu seu interesse em aprofundar a discussão no mestrado e, agora, também no doutorado.

Renan explica que seu mergulho nesse universo foi tão profundo que ele não se resume mais a um mero objeto de estudo: “tenho um compromisso ético-político em essa realidade. Por isso, tenho o desejo de colaborar com outros estudos e ações que possam dar a devida visibilidade a esses sujeitos que, em geral, só são percebidos pelo Estado e pela sociedade no momento em que cometem um ato infracional”, destaca.

Amancia Renata Coelho, pedagoga formada pela UFF, também integrante do Grupo de Trabalho, conta que passou a ter um olhar diferenciado em relação ao mundo, às pessoas e principalmente aos adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social após entrar em contato com

a realidade deles.

Infelizmente, segundo ela, “nossa sociedade é extremamente excludente, seletiva e opressora. As pessoas estão sendo valorizadas na maioria das vezes pelo que têm e não pelo que são”. A pedagoga acredita que é preciso levar a sociedade a conhecer e se familiarizar com esses espaços, que também pertencem a nós como sociedade.

De acordo com Elionaldo, “os dados revelam uma triste realidade que muitas vezes a sociedade e o próprio poder público resistem a enxergar. Infelizmente, as políticas de restrição e privação de liberdade são temas ainda invisíveis para a sociedade e marginais para a academia. O número cada vez maior de indivíduos reclusos tem sido acompanhado de um crescente sucateamento dos sistemas prisional e socioeducativo. É triste dizer que o Brasil, hoje, infelizmente, é o terceiro país que mais encarcera no mundo e é uma das regiões que mais desrespeita os Direitos Humanos”, enfatiza.

Responsabilidade – Para o pesquisador, a universidade possui responsabilidade em relação ao tema e precisa investir: “avançamos intelectualmente, mas pouco diretamente interferimos na ponta, ‘no chão dos estabelecimentos socioeducativos’. De que adianta este conhecimento, se efetivamente não conseguimos contribuir para o seu desenvolvimento? É fundamental que nos responsabilizemos socialmente de forma ética pelo conhecimento produzido pelas nossas pesquisas. Precisamos socializar isso em toda a sociedade”, conclui. ■